

RECURSO ESPECIAL Nº 1.736.589 - RS (2018/0090790-7)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
RECORRENTE : OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL
ADVOGADOS : RAFAEL CORREA DE BARROS BERTHOLD - RS062120
RICARDO DE OLIVEIRA SILVA FILHO - RS064834
ROBERTA DE OLIVEIRA SILVA - RS082560
CAROLINA LONGHI DESESSARDS - RS087854
GABRIELE LOPES SILVEIRA - RS099922
LAÍS STEIN SCHMITT E OUTRO(S) - RS103434
RECORRIDO : CEZAR VICENTE TRINDADE
ADVOGADOS : EDUARDO DE MENDONÇA HEINZ - RS058654
MÁRCIO MAZZOLA SILVA - RS057206
JÚLIO CÉSAR DOVIZINSKI - RS057067

DECISÃO

Trata-se de recurso especial, interposto por OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL, com amparo nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, no intuito de reformar o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado (fl. 421, e-STJ):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. OIS S/A EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. LEVANTAMENTO DE VALORES. INTIMAÇÃO DO ADMINISTRADOR JUDICIAL. NECESSIDADE. O levantamento de valores está condicionado à comprovação pela parte agravante da cientificação do Administrador Judicial, considerando a sua função fiscalizadora, prevista no art. 64 da Lei 11.101/2005.
AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO.

Opostos embargos de declaração, restaram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, a recorrente aponta ofensa aos artigos 22 e 64, Lei n.º 11.101/2005.

Sustenta, em síntese, a desnecessidade da intimação do administrador judicial sobre os resgates efetuados pelo recebimento dos créditos depositados em juízo.

Sem contrarrazões.

Após a decisão de admissão do recurso especial (fls. 507/509, e-STJ), os autos ascenderam a esta egrégia Corte de Justiça.

É o relatório.

Decido.

O inconformismo não merece prosperar.

1. Na espécie, a Corte de origem, ao negar provimento ao agravo de instrumento interposto pela insurgente, entendeu pela necessidade de intimação do administrador judicial da recuperanda sobre o levantamento de valores.

Convém colacionar os seguintes excertos do acórdão recorrido (fl. 423, e-STJ):

A parte agravante se insurge contra a decisão que condicionou o levantamento de alvará à comprovação da ciência ou intimação do Administrador Judicial.

Não assiste razão no ponto.

Isso porque a cientificação do administrador tem o **nítido condão de deixar o encarregado judicial ciente da existência de ativos** a disposição da recuperanda, **para que, nesta qualidade, possa determinar o fim a que deve ser destinado.**

Portanto, compete ao administrador judicial conhecer de todas as ações de interesses da recuperanda, **pois o advogado da empresa em recuperação judicial não possui poderes para determinar**, em nome da massa falida, após o decreto de sua quebra, **a destinação dos valores**, os quais só podem ser definidos pelo administrador judicial.

Assim, não há óbice à liberação de tais valores à BRASIL TELECOM / OI. Contudo, tal liberação fica condicionada à comprovação pela parte agravante da cientificação do Administrador Judicial, em relação aos valores levantados, considerando a sua função fiscalizadora, prevista no caput do art. 64 da Lei 11.101/2005:

Ocorre, com relação à fundamentação delineada pela Corte de origem acerca ausência de poderes do advogado da empresa "para determinar a destinação dos valores", não houve impugnação nas razões do recurso especial.

Desse modo, a subsistência de fundamentos inatacados aptos a manter a conclusão do aresto impugnado, impõe o não conhecimento da pretensão recursal, a teor do entendimento disposto na Súmula 283/STF ("É inadmissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.")

Ademais, reexaminar o entendimento da instância inferior, conforme busca a ora agravante, demandaria revolvimento de matéria fático- probatória, inadmissível no apelo especial, por óbice da Súmula 7/STJ.

2. Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial, com amparo no artigo 932 do NCPC c/c súmula 568/STJ.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator